



BRANQUEAMENTO SOCIAL OU AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PARDA? O CASO DO OFICIALATO PARDO DO REGIMENTO MILICIANO DOS ÚTEIS (SÃO PAULO, 1797-1831)

Fernando Prestes de Souza¹

Eixo História e cultura: Religiosidades e identidades negras, indígenas e dos povos/populações tradicionais.

Palavras-chave: pardos livres e libertos; milícias; capitania e província de São Paulo; identidade parda; branqueamento social.

INTRODUÇÃO

Funcionando como um amortecedor de tensões no sistema escravista luso-brasileiro (DEGLER, 1976), o embranquecimento social era um processo ansiado por indivíduos e empregado por autoridades coloniais, imperiais e republicanas, inclusive como projeto de país durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. Embora tenha contado com uma frágil definição conceitual, o embranquecimento tornou-se um dos grandes indicativos da democracia racial brasileira na concepção freyreana (FREYRE, 2004) e nos anos 2000 foi reinterpretado como uma significativa via de mobilidade social ascendente disponível para ex-escravos conforme a perspectiva do Antigo Regime nos trópicos (GUEDES, 2007; GUEDES, 2008). Contudo, vê-se que o embranquecimento social não era a única possibilidade de elevação social disponível para as populações então denominadas pretas e pardas e possivelmente não constituísse sequer a mais significativa dessas vias². Isto porque a natureza étnico-racial das instituições referidas, formalmente identificadas às “cores” de seus integrantes, viabilizava experiências individuais, familiares e coletivas de mudança de status em seu meio e, portanto, o acesso às posições hierárquicas de autoridade, influência e prestígio típicas do Antigo Regime. De modo que, ao invés de buscarem o embranquecimento social, alguns indivíduos encontraram as melhores oportunidades de obtenção de visibilidade social e de luta em prol da igualdade étnico-racial ao assumirem as identidades “parda” e “preta” oferecidas por tais instituições.

Este resumo explora a relação entre as instituições coloniais/imperiais luso-brasileiras separadas por “cor”, a identidade étnico-racial de seus integrantes e as oportunidades de elevação social individual por meio do caso do Regimento dos Úteis, uma milícia formada por homens “pardos” da capitania/província de São Paulo atuante entre 1797 e 1831. Trata-se de uma instituição militar auxiliar da tropa profissional que oferecia a oportunidade para indivíduos pardos (libertos e livres) ocuparem os postos da oficialidade e portarem as

¹ Doutor em História Social, IFPR *Campus* Avançado Barracão, fernando.prestes@ifpr.edu.br

² Considerando-se algumas das instituições típicas do período colonial e do primeiro reinado, portanto anteriores às grandes reformas liberais do século XIX, tais como as irmandades religiosas e as milícias.



patentes e honrarias correspondentes às posições hierárquicas. Estas os elevavam a posições sociais tradicionalmente ocupadas por indivíduos brancos e oriundos dos grupos política e economicamente dominantes. Além disso, examina alguns casos em que milicianos pardos foram registrados nos recenseamentos da época como “brancos” buscando-se avaliar se esse “embranquecimento” correspondia a uma melhoria de status social.

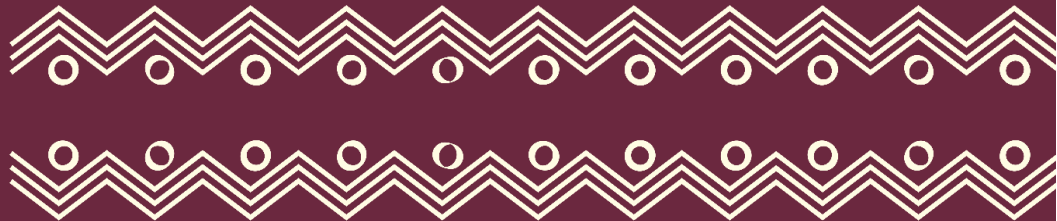
Os dados se referem às três primeiras décadas do século XIX e foram extraídos do livro de matrícula e registro do regimento miliciano dos pardos de São Paulo, dos assentos paroquiais de nascimento, casamento e óbito desses mesmos milicianos e das listas nominativas de habitantes da cidade de São Paulo e vilas adjacentes nas quais residiam os soldados e oficiais pardos. Procedeu-se ao cruzamento nominal desse conjunto documental como forma de identificar a origem social dos milicianos pardos, a sua posição na hierarquia miliciana e se esta guardava alguma relação com o fenômeno do embranquecimento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O rol de “cores” atribuídas aos grupos sociais luso-brasileiros, e particularmente a tríade “brancos”, “pardos” e “pretos”, é compreendido na ótica das relações estabelecidos/*outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000), de modo que as relações de poder entre diferentes grupos são sempre marcadas pela dinâmica da imposição de estigmas aos dominados e de autoelogio aos dominadores. Entretanto, conforme o equilíbrio de poder sofre alterações e os grupos *outsiders* se encontram em situação socialmente mais próxima a dos estabelecidos, é possível que os estigmas sejam ressignificados tornando-se elementos centrais e positivados da identidade grupal. Sugere-se aqui que a trajetória histórica das milícias destinadas aos *outsiders* pardos e seus canais de ascensão social possibilitaram a positivação da identidade parda.

RESULTADOS

O regimento miliciano dos Úteis, composto por homens pardos, era uma instituição dotada de uma hierarquia estruturada, contando com centenas de soldados e, acima destes, a baixa oficialidade (cabos, sargentos) seguida da oficialidade de patente das companhias (alferes, tenente e capitão), além de um estado-maior encabeçado pelo sargento-mor, tenente-coronel e coronel. Exceto pelos postos do estado-maior, disputados por brancos e pardos, os demais eram ocupados exclusivamente por homens pardos. E considerando-se que cada patente implicava a concessão de um grau de nobreza a seu portador, depreende-se que, nesse caso específico, era o reconhecimento da identidade parda e não a sua negação o que abria possibilidades àqueles homens para ascenderem posições na hierarquia social colonial e imperial. Desse modo, a nobilitação dos pardos e pretos via patentes militares não significava “embranquecimento social”. Finalmente, verificou-se que essa oficialidade parda jamais era identificada nos recenseamentos como formada



por pessoas de cor “branca” e, inversamente, que os poucos casos de milicianos do regimento dos pardos que mudaram a cor em algumas listas nominativas de habitantes, tornando-se brancos, não apresentavam quaisquer indícios de ascensão social considerando-se as variáveis posição na hierarquia miliciana, posse de escravos e ocupação profissional.

Assim, foi no interior das instituições milicianas que segregavam as pessoas pelo critério cor que indivíduos pardos e pretos luso-brasileiros lograram ocupar posições de destaque social equivalentes às ocupadas por brancos situados no topo da pirâmide social colonial e do primeiro reinado.

REFERÊNCIAS

DEGLER, Carl N. **Nem preto nem branco**: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 19-50.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

GUEDES, R. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; SAMPAIO, A. (Orgs.). **Conquistadores e negociantes**: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.337-376.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.